



Mário Abrantes
mariowabrantesh@hotmail.com

Certas maiorias e certos candidatos

Os dois próximos atos eleitorais, as legislativas nos Açores, em 25 de outubro, e as presidenciais, em janeiro de 2021, constituem o mote para dois comentários.

Para as eleições ao parlamento açoriano, destinadas não a eleger o presidente do governo mas sim 57 deputados, apresentam-se várias forças políticas concorrentes, nomeadamente as que têm representação parlamentar (PS-30 deputados, PSD-19 deputados, CDS-PP-4 deputados, BE-2 deputados, CDU-PCP/PEV-1 deputado e PPM-1 deputado) e além destas, não concorrendo embora a todos os círculos de ilha, apresentam-se ainda o PAN, a IL, o Chega, o Livre, o PCTP-MRPP, o Partido da Terra e o Aliança. Várias destas candidaturas advoam como útil para os Açores o fim da atual maioria absoluta do PS o que, a acontecer, poderia ditar diferentes entendimentos, entre os deputados eleitos, no respeitante à composição do futuro governo dos Açores a ser empossado após as eleições. Esta a razão fundamental para, mesmo que muitos órgãos de comunicação insistam (propositadamente ou não) no erro, deixar aqui reafirmado que as eleições legislativas regionais não se destinam a eleger este ou aquele Presidente do Governo Regional, mas sim deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores...

Estando entre aqueles que consideram útil ao próximo futuro dos Açores e dos açorianos o fim da maioria absoluta do PS, penso que o simples apelo ao fim dessa maioria é insuficiente só por si para propiciar alterações positivas nas políticas de desenvolvimento regional e nas condições de vida dos açorianos em geral. Se aquilo que tem caracterizado muito do posicionamento dos governos PS de maioria absoluta são políticas de direita que deixam muitas vezes para segundo plano o desenvolvimento económico sustentável e socialmente útil, proporcionado por uma eficiente administração, adequados serviços públicos e um setor público empresarial estratégico, bem como o reforço da coesão entre ilhas e do setor produtivo regional, muito mau seria que, em resultado das eleições de outubro próximo, a maioria absoluta de deputados do PS fosse substituída por uma maioria absoluta de deputados declaradamente de direita, nomeadamente do PSD sozinho, ou resultante dum entendimento maioritário entre este partido e a direita restante, nomeadamente o CDS-PP e o PPM, eventualmente estendendo à IL, ao Chega ou ao Aliança, caso elejam deputados.

Assim, a acrescentar ao útil e necessário fim da maioria absoluta de deputados do PS, seria de todo desejável que, após outubro, se pudesse desenhar no parlamento regional uma nova maioria, cantando nomeadamente com os partidos à esquerda do atual partido maioritário e que já deram provas, pelo trabalho efetuado, da sua dedicação e entrega à causa da Democracia e da Autonomia, a fim de garantir um rumo político mais favorável aos Açores e à maioria dos açorianos.

Quanto à República, merece destaque aquilo que constituiu em minha opinião uma agradável surpresa e que foi o anúncio público da candidatura de João Ferreira, atual deputado europeu eleito pela CDU, à Presidência da República. Uma malha certa, por muitos já reconhecida, na seriedade e na ética políticas, no respeito pela democracia e na promoção da cidadania.

Num outro lado das candidaturas presidenciais assiste-se entretanto à apresentação de um alargado leque de populismos, altamente acarinhados pela comunicação social, que vão desde a extrema-direita com saudades do Campo de Concentração do Tarrafal e que brinca aos combates à corrupção, passando por uma direita omnipresente e promotora do bloco central (PS/PSD), até a uma comentadora televisiva da SIC, campeã de ética, que aproveita o ecrã para se autopromover e desconsiderar outros candidatos...



Teresa Nóbrega*

Eleições em tempo de pandemia

“Queixa-se a oposição de que a pandemia beneficiou quem está no poder. Mas se ela própria se encostou ao poder durante o estado de emergência, criando um perigoso vazio na nossa democracia, o que é que esperava?”

Agosto é normalmente um mês de vazio político. Mas em ano de eleições não há tréguas na luta política. O destaque vai para a data marcada pelo Presidente da República para as eleições nos Açores. A data escolhida foi proposta por todos os partidos da oposição. E pela primeira vez será na data limite, o mais tarde possível. Alegaram os partidos que precisavam de mais tempo para esclarecer o eleitorado, dadas as dificuldades que a pandemia levanta ao contacto de proximidade com os cidadãos. Será que duas semanas de adiamento serão suficientes? Não seria o trabalho diário em toda a legislatura, de uma oposição vigilante e actuante perante um poder absorvente e asfixiante que teria esclarecido os eleitores? Pediram todos ao Prof. Marcelo para adiar o teste. E ele lá acedeu.

A campanha vai decorrendo morna sem o fulgor e o entusiasmo de outros tempos perante um eleitorado cada vez mais distante. Pela primeira vez quase que não há inaugurações. Predomina o lançamento de primeiras pedras de promessas repetidas vezes sem fim.

Queixa-se a oposição de que a pandemia beneficiou quem está no poder. Mas se ela própria se encostou ao poder durante o estado de emergência, criando um perigoso vazio na nossa democracia, o que é que esperava?

Nunca se ouviu uma palavra para o estado lastimável do principal hospital da Região, o qual não reunia as mínimas condições para enfrentar a pandemia em resultado da falta de investimento da última década.

E sobre a tragédia do Lar do Nordeste? Nenhum responsável político exigiu a abertura de um rigoroso inquérito a tão trágico acontecimento que abalou os Açores e o país. É inacreditável numa democracia a funcionar normalmente.

E nem uma palavra sobre as inaceitáveis arbitrariedades, exageros e abusos praticados pelo Governo Regional durante a vigência do estado de emergência, como foi o caso das cercas sanitárias entre cancelhos apenas com um infectado e a discriminação entre residentes e não residentes no pagamento dos custos das quarentenas. A oposição só pode queixar-se de si própria.

Mas se ainda há quem pense que alguns meses de pandemia favoreceu quem está no governo, a verdade é que não há partido que resista ao desgaste e aos vícios de 24 anos no poder. E esta é a fragilidade maior do Partido Socialista. Saiba a oposição aproveitá-la.

Na mudança de ciclo político acontecida em 1996, Carlos César, o líder que viria a vencer as eleições, afirmava um mês antes do acto eleitoral num comício na Bretanha que “os males de se votar no mesmo partido depois de 20 anos à frente do executivo são que o PSD já não consegue esconder tendências que indiciam clientelismos e outras perversidades instaladas que, depois de tanto tempo no poder, acabam também elas por ser normais”.

Tão normais que se repetem agora com o PS, 24 anos depois.

*Jornalista

(A autora escreve segundo a anterior ortografia)